

A Evolução da Contabilidade: da Idade Média a Regulamentação Americana



Jens Erik Hansen

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, Especialista em Contabilidade pela PUC – MG, Mestrando em Controladoria e Contabilidade pela FEA – USP, Professor do Unileste – Centro Universitário do Leste de Minas Gerais.

1 - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.

Entender o passado é essencial para compreender o presente e também para saber para onde caminhar no futuro. Estudar a história da humanidade e da Contabilidade é de suma importância para entender a profissão, seus princípios e a razão de muitos procedimentos adotados hoje e como será a Contabilidade no futuro. Entretanto, este entendimento nem sempre é acatado por boa parte dos professores, escolas e escritores de Contabilidade, que limitam seus livros e aulas a ensinar como se debita, credita e como são elaboradas as demonstrações financeiras. Essa preocupação não é nova, McKinley citado por Ricardino Filho (1999, p.3) escreveu:

"Para compreender claramente as atuais tendências das práticas Contábeis é necessário entender como a contabilidade desenvolveu-se no passado para enxergar como a profissão alcançou seu estágio atual. As tendências presentes são influenciadas por circunstâncias que tiveram origem há muitos anos".

Estudando-se o passado, percebe-se que a Contabilidade evoluiu a partir da evolução da humanidade. Como todo ramo do conhecimento humano, avançava em épocas de prosperidade da humanidade e também não evoluía em épocas de estagnação do desenvolvimento da cultura humana. O interessante do estudo é a percepção clara de que a evolução do

conhecimento contábil está ligada a fatos relacionados à evolução da humanidade. São vários os exemplos. O renascimento do comércio no Mediterrâneo criou as primeiras empresas comerciais que, para controlar e registrar suas operações, acabaram por criar controles que deram origem aos primeiros lançamentos de partidas dobradas. Posteriormente, a invenção da imprensa possibilitou a publicação e difusão da obra de Frei Luca Pacioli. A revolução Industrial foi outro marco que deu novo impulso a Contabilidade, através do aumento da complexidade dos processos produtivos e do tamanho das empresas, novos controles e registros foram criados. Outros exemplos são citados, como a criação dos mercados acionários e a crise da bolsa de New York, em 1929.

Para mostrar a relação entre a evolução da Contabilidade e da cultura da humana, é necessário fazer uma viagem ao passado. Esta viagem não vai começar na pré-história, como fazem alguns historiadores de Contabilidade. O relato se dará a partir do fim da Idade Média e início do comércio no Mediterrâneo, a época do Renascimento e do florescer da Contabilidade como disciplina adulta e completa. Em relação ao período anterior, é suficiente apenas relatar que os homens da pré-história já tinham preocupações com controle e registro de suas riquezas, conforme demonstram várias descobertas arqueológicas de pictografia (sistema primitivo de escrita em que se exprimiam as idéias por meio de cenas figuradas ou simbólicas). As civilizações que dominaram o mundo antigo, como gregos, romanos e

chineses, criaram formas de controles e de registros que de alguma forma podem ser considerados como Contabilidade. Contudo, a Contabilidade floresceu efetivamente como disciplina adulta e completa, na Renascença, que é a primeira parada da viagem pela história da humanidade e da Contabilidade.

2 – O PERÍODO RENASCENTISTA.

A Eurásia (conjunto continental formado pela Europa e Ásia) teve seu processo evolutivo interrompido pela invasão realizada por nômades da Ásia Central, que entre os séculos I e V ameaçaram as civilizações estabelecidas na Grécia, em Roma, no norte da China, na Pérsia, na Índia e no Egito. As economias invadidas regrediram, resultando no retrocesso da civilização do Mediterrâneo à China. Era o início da Idade Média. A estagnação gerou economias de subsistência, e o período foi caracterizado como de consolidação de sistemas políticos. Surgiram as monarquias feudais através da união de sociedades primitivas. Esse processo de consolidação foi lento e constantemente interrompido por incursões dos povos bárbaros. A contabilidade assim como todo

ramo do conhecimento humano que avança com o desenvolvimento da cultura humana não evoluiu naquele período.

A ascensão do Islamismo, que culminou com a invasão de Jerusalém em 1075 pelos turcos, teve um significado importante na história medieval e moderna. Durante os dois séculos seguintes, muitas cruzadas passaram pela Itália com o intuito de recuperar a Terra Santa. Essa guerra santa contribuiu para o renascimento do mediterrâneo como via marítima, dando vigor às atividades comerciais de cidades costeiras da Itália. Gênova e Veneza se tornaram centros borbulhantes por onde passavam multidões, o comércio prosperou, empresas foram criadas para efetuar empreendimentos comerciais no Mediterrâneo, formas de financiamentos foram disponibilizadas, lucros eram divididos no final das viagens. Nesta mesma época, a cidade de Florença desenvolveu-se como centro industrial, produzindo principalmente lã e seda.

Com a reativação econômica surgem grandes empresas e renasce também a importância da Contabilidade. Para Melis citado por Schmidt (2000, p.23) "o século XIII foi o período que marcou o fim da era da Contabilidade antiga e o início da era da Contabilidade Moderna". Nesta época, a Contabilidade passou a ser um instrumento mais sistematizado de informações de várias atividades empresariais. Até então, a Contabilidade era utilizada como um instrumento isolado e fragmentado de registro da movimentação de bens, pois as atividades eram mínimas e os artesãos e comerciantes necessitavam apenas de informações simples como, por exemplo, o total de suas dívidas, contas a receber, prazo de vencimento e beneficiários. O incremento do comércio trouxe a necessidade de controle. A Contabilidade surge como instrumento hábil para fornecer informações úteis que auxiliassem o gerenciamento dos negócios.

Os mercados consumidores cresceram e ultrapassaram os muros comerciais das cidades italianas. Comerciantes precisavam de controle de suas mercadorias e de seus negócios. O fluxo de dinheiro das transações aos poucos foi ganhando vulto, aparece a necessidade de controle de entradas e saídas de caixa. A Contabilidade, então, passou a criar sistemas de controle, nascendo aí as primeiras grandes obras de Contabilidade, que foram a base para a fixação da Contabilidade,

como instrumento de controle gerencial.

Pesquisas sugerem que, entre os séculos XII e XIII, no norte da Itália, surgiram as primeiras manifestações práticas da utilização do sistema de partidas dobradas. A partir daí, o sistema de partidas dobradas disseminou-se por toda a Europa, notadamente, para o norte da Itália, após a invenção da imprensa ocorrida na Alemanha.

O Renascimento é conhecido através dos livros de História como a época das artes e das letras. Poucos ressaltam que o desenvolvimento e a propagação das partidas dobradas ajudaram o homem a ultrapassar o último período medieval vivido na Europa, através da solidificação dos tempos modernos, com as novas formas de administração e comercialização implantadas. As práticas contábeis foram importantes para a consolidação do capitalismo que criou as novas condições sociais que permitiram que pessoas acumulassem riquezas, e assim incentivassem as artes e as letras.

Não se sabe precisamente o ano em que se foi utilizado, pela primeira vez, o sistema de partidas dobradas, mas um dos primeiros registros de seu uso data de cerca de 1340, em Gênova. O desenvolvimento das partidas dobradas é atribuído a um funcionário público responsável, durante um ano, pela tesouraria da cidade de Gênova. Ele tinha todo controle de caixa e de outros itens para prestar contas à comunidade ao final deste período (um ano). O ciclo contábil de um ano e o balanço das contas apresentadas apontaram para necessidade fundamental de responsabilidade e controle sobre os negócios públicos. Esta prática ajudou a expandir os métodos contábeis naquela cidade.

Entretanto, a origem das partidas dobradas é divergente entre os historiadores. Sá (1997, p.35) afirma que:

"Melis lança a tese comprovada em sua *Storia della ragioneria, do nascimento das partidas dobradas na região da Itália denominada Toscana, entre 1250 e 1280 de nossa era, mas teses consideradas em Congressos Internacionais de História apresentaram provas de que a difusão de livros contábeis, ensinando métodos semelhantes já existia no Oriente médio há mais tempo, e um dos autores árabes fala do processo nas cortes do Egito, no início da Idade Média*".

Sá (1997, p.35) afirma também que

existem documentos e livros editados em 1307, 1330 e 1340 que ensinavam contabilidade e que se encontram hoje na Aya-sofia Biblioteca de Istambul. Essas obras circularam por mais de um século antes da obra de Pacioli.

Outros pesquisadores continuam a afirmar que, nos séculos XIII e XIV na Itália, circulavam pequenos manuais que ensinavam a escriturar por partidas dobradas.

A dúvida persiste, pois os árabes detinham imenso conhecimento matemático e lógico e como os italianos dominaram os mares e tinham um imenso comércio com o oriente, não se sabe se o processo das partidas dobradas tenha chegado à Itália através deste intercâmbio, ou tenha emigrado da Itália para o Oriente.

A Contabilidade moderna é o resultado das mudanças sociais e econômicas ocorridas nas cidades do Norte da Itália. O sistema de partidas dobradas foi a resposta fornecida pela Contabilidade aos novos e complexos problemas enfrentados pelos homens de negócios, a partir do século XII.

Contudo, entre todas as cidades do norte da Itália, Veneza tornou-se a mais conhecida devido ao momento histórico vivido por ela e porque o primeiro livro impresso que apresentava esse sistema contábil foi publicado lá. Este livro foi escrito e publicado em 1494 por Frei Luca Pacioli, que é apresentado por muitos como o criador das partidas dobradas. Frei Luca Pacioli, no entanto, foi o primeiro divulgador desse sistema contábil de registro, pois a sua publicação coincidiu com a época da introdução da imprensa na Itália. Existiam aproximadamente 200 tipografias na Itália à época da publicação da obra de Pacioli. Com sua obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, Frei Luca Pacioli imortalizou Veneza para todos os estudiosos de Contabilidade. A escolha de Veneza como local para publicação de seu trabalho pode ser atribuída ao fato de ter essa cidade, na época, as principais tipografias da Itália e de ser o centro mundial do comércio.

Este livro foi impresso em italiano, porque Pacioli queria que sua obra fosse utilizada por todos os interessados sem distinção. Era costume na época que as obras fossem publicadas em latim.

A partir do final do século XV com o descobrimento do novo mundo e a abertura de novas rotas de comércio, os centros comerciais deslocaram-se para Es-

panha e Portugal e posteriormente para Antuérpia e para os Países Baixos. Era o início da decadência das cidades italianas tanto politicamente quanto como centros de comércio. Essa mudança da importância do centro comercial e político foi provocada pela Era do Descobrimento, que surgiu justamente como resposta ao poder das cidades-estado italianas, que impediam a participação do restante da Europa no comércio do Mediterrâneo. No entanto, o sistema italiano de partidas dobradas se espalhou por outros países. O descobrimento da América, em 1492, apenas dois anos antes do aparecimento do livro de Pacioli, foi realizado por um genovês, Cristóvão Colombo, que navegou para oeste num galeão espanhol. Colombo foi acompanhado em sua viagem por um auditor nomeado pela corte espanhola para fiscalizar seus procedimentos durante a viagem.

3 - A ERA DA FALSA ESTAGNAÇÃO:

O período de 1494 a 1800 é considerado como a Era da estagnação da Contabilidade. Este período inicia-se como uma era de descobrimento e encerra-se com a Revolução Industrial. O desenvolvimento social, político e econômico do mundo foi pequeno nesse período, sofrendo a Contabilidade, como um ramo estritamente social, o reflexo desse estado estacionário mundial. Entretanto, isso não justifica a caracterização desse período como de estagnação no desenvolvimento contábil. O mais correto seria considerá-lo como período de consolidação. Pois com a publicação do trabalho de Pacioli a Contabilidade viveu uma evolução sem precedentes. Como não poderia deixar de acontecer, o mundo contábil levou um certo período para adaptar-se a esta nova realidade, período que coincidiu com a chamada Era da Estagnação. Diversos fatores ocorreram para a consolidação da Contabilidade, sendo os mais relevantes:

- Os comerciantes passaram a conhecer melhor o estado e as condições de suas finanças, tendo sido o sistema de partidas dobradas o instrumento que possibilitou a verificação da situação de seus negócios.
- Neste período ocorreu o aumento gradativo das empresas com vários sócios, desenvolveu-se o pro-

cesso de transferência do saldo das contas de lucros e perdas para a conta Capital, quando do encerramento do resultado.

- Saldo final da conta capital era uma soma do capital inicial aplicado pelos sócios na empresa e o resultado do empreendimento.

- Os registros de partidas dobradas mostram de forma clara e acurada o valor das obrigações e direitos dos sócios e de terceiros, além de permitir a preparação de balanços de verificação antes do encerramento dos livros razão, facilitando sensivelmente, a análise das atividades empresariais.

- Cresceram as participações de comerciantes em diversos empreendimentos com outros sócios, muitas vezes em viagens marítimas de longa distância, tendo a Contabilidade contribuído enormemente para a apuração dos resultados desses empreendimentos, e em algumas circunstâncias, para apurar o resultado empresarial anual, ou por períodos maiores ou menores, conforme a necessidade dos sócios.

- A facilidade de ordenação sistemática dos registros, a periodicidade da apuração do resultado e o processo de sumariar contas, foram contribuições substanciais para o crescimento econômico e desenvolvimento da sociedade.

Os fatores acima foram responsáveis pela consolidação da Contabilidade como instrumento útil e capaz de auxiliar no gerenciamento de negócios. A mesma tornou-se um sistema de informações passível de fundamentar o processo decisional e analítico das empresas, contribuindo fundamentalmente para caracterizar esse período como a idade da consolidação da Contabilidade.

Para financiar as viagens foram desenvolvidas empresas de capital conjunto. Essas empresas eram extensões das empresas comerciais italianas e antecessoras das modernas sociedades por ações. Os indivíduos reuniam-se para financiar um empreendimento, cada um recebendo direitos de participação proporcionais aos seus investimentos. No final do empreendimento, recebiam como pagamento sua participação no resultado total, daí o termo participação de liquidação.

Por volta de 1600 foi criada na Inglaterra a Companhia das Índias Orientais, uma das primeiras empresas de capital conjunto do mundo. Um problema que ocorreu desde o início com esta empresa é que geralmente não havia dinheiro suficiente ao final de cada viagem para entregar aos investidores. Então, os investidores recebiam como pagamento participações na viagem seguinte em lugar de dinheiro, surgindo neste momento um antecessor do dividendo em ações. Tornava-se necessária a existência de uma contabilidade extremamente complexa para o controle da sobreposição das participações de liquidação. Para resolver este dilema, propuseram que os investimentos em participações fossem feitos para diversas viagens. Do ponto de vista contábil, esta solução era igualmente insatisfatória. Finalmente foi firmado um novo acordo que permitia que as participações permanentes fossem autorizadas, representando um investimento conjunto em todas as viagens por um prazo futuro indeterminado. Um dos efeitos desta substituição das participações de liquidação por participações permanentes foi a prática crescente da apuração de resultados ao final de cada empreendimento em vez de lucros e perdas ao final de cada ano. Com a possibilidade de transferência, estabelecia-se o mundo do investidor, o principal usuário da prática moderna de divulgação financeira.

As Companhias de capital conjunto tiveram um fim repentino. Como haviam poucas oportunidades de investimento no início do século XVIII, as poucas que haviam atraíam multidões de investidores que corriam a participar de novas emissões de direitos de participação, o que fazia com que seus preços dobrassem ou até triplicassem.

A título de exemplo podemos citar o caso mais conhecido, que foi o da Companhia dos Mares do Sul, supostamente constituída para tirar proveito do tráfico de escravos entre a África e a América do Sul. Supostamente porque jamais foram publicados prospectos ou demonstrativos financeiros. Inevitavelmente os castelos de papéis que haviam sido erguidos desmoronaram, custando milhares de libras em perdas à família real britânica e muitos outros nobres ricos. Em consequência disso, certificados de participação foram banidos da Grã-Bretanha por mais de um século.

Se para a Contabilidade, o período de 1494 a 1800 foi um período de consolidação, para as ciências foi uma época de preparação para a Era Industrial. Bernardo (1996, p. 85) cita que

"Este período foi marcado pelas "artes e Ciências" tais como as do Renascimento Italiano, com Leonardo Da Vinci (1452-1519), Michelângelo (1475-1564), Rafael (1483-1520), Botticelli (1444-1510), Maquiavel (1469-1527), Ficino (1433-1499). Destes, Da Vinci contribuiu muito para inventos e inovações hidráulicas, apesar de não publicar".

E, Continua Bernardo (1996, p. 85) "em 1610, foi o início da Revolução Científica na Europa: Kepler (1571-1610) Bacon (1561-1626), Galileo (1564-1642), Descartes (1596-1650). Até esta data todos os inventos eram empíricos e não se utilizavam princípios científicos de causa e efeito para desenvolvê-los".

O Renascimento contribuiu para novas condições sociais, econômicas e políticas, as quais possibilitaram os avanços da ciência e da tecnologia, que por sua vez tornaram possível uma ampla combinação de recursos físicos e humanos que levados às fábricas, substituíram o sistema doméstico de produção. Este novo sistema de produção conduziu a humanidade a uma nova era para os homens e para a sociedade. A Inglaterra foi o país que tirou melhor proveito deste movimento se preparando efetivamente para a Revolução Industrial.

4 – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O advento da Revolução Industrial representou o segundo avanço muito importante para a Contabilidade e acabou com a era da sua estagnação. Não é possível determinar precisamente a data em que iniciou a Revolução Industrial.

Hendriksen (1999, p. 46) cita sobre a Revolução Industrial que:

"Sua origem talvez tenha sido um período de bom tempo na Inglaterra, que permitiu a ocorrência de uma série de boas colheitas, fazendo com que os preços dos alimentos caíssem, e com isso a sociedade desfrutasse de melhor nutrição e saúde. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dos fundamentos de higiene pessoal fez com que declinassem a incidência da peste, após quatro séculos de morte. Com

isso, elevaram-se a população e a demanda por alimentos."

Para suprir a maior demanda, invenções começaram a transformar os locais de trabalho e a desenvolver a manufatura. Além disso, a vida simples da população inglesa propiciou a poupança necessária para fornecer capital para as primeiras indústrias.

Ao mesmo tempo, o governo britânico era favorável à livre iniciativa, e proteção e incentivo o comércio com outras nações. A política agrícola encorajava o plantio em larga escala. A moeda era estável, as empresas cresciam e os lucros obtidos nas colônias somado ao da venda de escravos e ao produzido pelas minas de ouro e prata eram reinvestidos em escala sempre crescente.

Para atender a demanda crescente e sustentar a população cada vez maior, as fazendas e fábricas tornaram-se maiores e exigiam cada vez mais equipamentos. Mais capital era necessário e os bancos foram surgindo para fornecê-lo.

A transição de uma produção doméstica para uma produção fabril gerou o crescimento do tamanho das empresas e a necessidade de capital. Para prover o capital na quantidade requerida houve necessidade de aumentar o número de sócios das empresas. O número de corporações registradas aumentou de poucas centenas para milhares entre 1800 e 1900. A necessidade de prestação de contas a serem entregues pelos promotores e gerentes aos acionistas aumentou muito a responsabilidade dos contadores.

Os efeitos sobre a Contabilidade foram diversos e os ingleses foram buscar na fonte (Itália), as técnicas de partidas dobradas, como tentativa inicial de adaptabilidade da contabilidade financeira à contabilidade industrial.

A Inglaterra até o final do século XIX, estava na vanguarda em relação a regulamentação das operações dos empreendimentos. Os ingleses já eram habituados a investir em empresas de capital aberto desde o século XVII, como os já citados casos da Companhia das Índias Orientais, ou do episódio do crash das ações da Companhia dos Mares do Sul no ano de 1719, que levou quase toda a população inglesa à falência. Ficou clara a falta de proteção aos acionistas, que acabou gerando uma desconfiança tamanha que a captação de recursos por empresas tornou-se difícil na Inglaterra durante os cem

anos seguintes. Tais iniciativas somente viriam reiniciar a partir de 1835, com a constituição das primeiras estradas de ferro, que para terem ações lançadas ao público, tiveram que vir acompanhadas de leis que regulamentassem as operações.

As primeiras operações eram bastante incompletas com relação à forma de contabilização e à determinação dos cálculos dos dividendos. Mas devido ao fato de que cada empresa necessitava de uma autorização individual, as diretrizes de cada uma iam sendo aperfeiçoadas à medida que cada novo empreendimento era outorgado.

Em 1835, o *Great Western Railway Act* solicitava que as empresas apresentassem nas reuniões semestrais dos acionistas a prestação de contas de suas atividades dos últimos seis meses. Nos anos seguintes, as solicitações legais foram sendo aumentadas e, em 1845 outra lei, o *Companies Clauses Consolidation Act* determinava que todas as empresas autorizadas, a partir daquela data, estavam obrigadas a apresentar balancetes semestrais, manter livros apropriados, e exibir a composição acionária do capital, os créditos, a composição de todos os ativos da empresa, as contas a pagar por ocasião do referido balancete, e uma precisa demonstração dos lucros ou prejuízos resultantes das transações da empresa naquele período.

Mesmo com essa regulamentação, os acionistas ficavam a mercê dos diretores das ferrovias, já que não haviam critérios homogêneos que permitissem a comparabilidade de desempenho entre as empresas, o que só viria a ocorrer em 1868 com a aprovação da *Regulation of Railway Act*. Esta foi a primeira regulamentação de empresas deste porte, tendo a regulamentação das outras empresas ocorrido em 1844 com o *Joint Stock Companies Act*. Esta regulamentação, embora tímida, apresentava algumas práticas em uso até hoje, solicitava que as empresas mantivessem registros contábeis, que apresentassem demonstrativos completos e transparentes na assembleia dos acionistas. Apesar da lei solicitar demonstrativos completos, a obrigatoriedade da demonstração de resultados não foi incluída. Não porque o assunto fosse insignificante, ao contrário, as leis que regulamentavam o funcionamento dos bancos já exigiam tais demonstrativos a algum tempo.

As determinações legais não eram se-

guidas pelas empresas privadas em função do alto conceito de liberdade individual e confidencialidade dos controles utilizados. Para sanar esse problema foi aprovada em 1855, depois de muitas discussões, o princípio da responsabilidade limitada que obrigava as empresas a tornarem públicos seus demonstrativos contábeis e também a submetê-los ao exame de auditores. No ano seguinte, esta lei foi alterada pelo *Companies Acts* que limitou o cumprimento da obrigação às empresas que dependiam de autorização do parlamento para funcionar.

Contudo, em 1862, o *Joint Stock Companies Consolidation Act* consolidou a lei de 1855 e forneceu um conjunto de padrões a serem adotados opcionalmente pela empresa, como por exemplo, a autonomia para constituir reservas para contingência e a determinação de que os dividendos só podem ser distribuídos se oriundos do lucro.

Essas normas obrigavam os responsáveis pela empresa a manter livros apropriados, disponíveis para inspeção dos acionistas. A declaração de receita e despesa deveria ser apresentada no mínimo uma vez por ano. Daí até o final do século, não apareceu nenhuma lei importante para aperfeiçoar as práticas contábeis, exceto aquelas direcionadas às empresas Seguradoras e Bancos. As principais foram:

Em 1870, o *Life Assurance Companies Act* obrigava as seguradoras a colocar para os acionistas demonstrativos contábeis anuais de suas operações. Em 1879, o *Companies Acts* reintroduzia a obrigatoriedade das auditorias anuais. Em 1900, passou a solicitar que o auditor assinasse um certificado ao pé do balanço e que fizesse um relatório das contas examinadas, especificando em sua opinião se as informações eram verdadeiras e corretas.

Em 1907, o *Companies Acts* obrigava o auditor a dizer se ele havia obtido todas as informações e explicações que havia requerido, levando a responsabilidade do auditor além de uma mera conferência aritmética entre os balancetes e livros. Esse *Companies Acts* de 1907 e os demais que o seguiram contribuíram gradativamente para a melhoria das demonstrações financeiras e para a consolidação do pensamento contábil na Inglaterra, diferentemente dos Estados Unidos, onde as normas para a exposição das demons-

trações contábeis teve início apenas no final do século XIX.

5 - O SÉCULO DO CONTADOR PÚBLICO

A Inglaterra liderou o processo Industrial até 1850, enquanto o nível tecnológico era baseado no carvão. Contudo, quando o processo de desenvolvimento passou a ser baseado na energia elétrica e no petróleo, com mudanças radicais no sistema industrial e multiplicidade de opções tecnológicas, como substituição de energia, transporte, química fina e comunicação, os Estados Unidos superaram a Inglaterra. O caráter familiar das empresas britânicas talvez explique a diminuição do progresso tecnológico, quando este passou a depender mais de técnicas de coordenação do que de invenções ou inovações. O gerenciamento inglês não se desenvolveu tanto quanto nos Estados Unidos.

Neste cenário, em algum momento entre os anos de 1880 e 1883 foi criada, nos Estados Unidos, a profissão de *Public Accountants* pelos contadores Ingleses que emigraram para a América a partir de 1880. Neste mesmo período, cresce e se organiza a profissão do Contador público no mundo inglês. O *Institute of Chartered Accountants Scotland* foi a primeira destas organizações, seguida pelo *Institute of Chartered Accountants In England and Wales* (1880). A *New York State of Public Accountants* criada em 1896 e a Organização Nacional, predecessora do *American Institute of Certified Public Accountants* – AICPA, em 1887 foi criada em conjunto por contadores americanos e britânicos.

Estas organizações criaram normas de conduta para seus membros e lançaram pronunciamentos sobre questões técnicas que adicionaram substancialmente o conhecimento contábil desde 1900. O processo de regulamentação profissional da atividade foi similar à experiência inglesa, desenvolvendo a profissão voltada para a contabilidade financeira e auditoria.

O período iniciado em 1887 (ano em que foi fundado o AICPA), pode ser denominado de 'Século do Contador Público Registrado', porque até então a Contabilidade era exercida por contadores gerenciais para atender às necessidades dos administradores. Isto mostra o quão recente é a era industrial, com a necessidade

de informações auditadas para inúmeros investidores externos.

A partir de 1886, a atividade de Contabilidade nos Estados Unidos teve um grande crescimento, com o surgimento das grandes corporações e com o constante apelo para captação de recursos junto a investidores e financiadores. Este foi o primeiro 'boom' na profissão do *Public Accountant* já que os bancos comerciais necessitavam cada vez mais de informações confiáveis antes de aplicarem recursos no financiamento de atividades empresariais. A demanda por informes financeiros se acentuou a partir de 1900, devido a novas pressões sobre as sociedades anônimas, pelos mercados de capitais, organismos regulamentadores e receita federal. Para captar recursos junto aos investidores, os administradores passaram a divulgar informes financeiros baseados em dados objetivos, conservadores e auditados.

O segundo impulso da profissão veio quando o tesouro norte-americano impôs o imposto de renda em 1913. Essas mudanças resultaram em uma crescente demanda externa por informações e alavancaram definitivamente o exercício da profissão.

As três primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pela consolidação das entidades de contadores públicos e com o surgimento de associações estaduais independentes por todo país. Essas associações profissionais foram as principais propulsoras do desenvolvimento doutrinário da Contabilidade nos Estados Unidos, especialmente da Contabilidade Financeira. As duas principais associações profissionais norte-americanas relacionadas com contabilidade financeira são o *American Accounting Association* – AAA e o *American Institute of Certified Public Accountants* - AICPA. Segundo Ludícibus (1999, p. 35):

"Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana."

Entretanto, apesar dos esforços dos contadores americanos e de suas associações, as técnicas de auditoria usadas pelos auditores ingleses para verificar transações e relatórios sobre a conta de lucro ou perda, foram amplamente negligenciadas. Assim, as demonstrações financeiras

ras apresentadas aos investidores eram ou super conservadoras, mostrando ativos em seus valores de liquidação, ou super otimistas, mostrando ativos como valores de venda e valores de receita manipulados. O que levou a economia americana à crise de 1929 e à grande depressão.

6 - A CRISE ECONÔMICA DE 1929

Nos anos 20, com o final da 1ª Guerra Mundial, foi liberada uma demanda reprimida de bens de consumo, que alimentou uma explosão de investimentos. A rápida expansão de novas indústrias, como as de rádios, filmes cinematográficos, telefones e, acima de tudo, de automóveis, fez aumentar ainda mais essa explosão. O público em geral começou a comprar ações das companhias de modo muito intenso. Sem quaisquer leis de companhias dignas de menção, estes investidores estavam desprotegidos de fraudes ou das conseqüências de sua própria ignorância. Em particular, não podiam contar com demonstrações financeiras auditadas para a sua informação. Os negócios da Bolsa de Valores de New York cresceram espetacularmente, quase quadruplicando o volume médio de negócios entre 1922 e 1929 e este período pode ser considerado entre os melhores anos que a economia americana jamais havia tido.

Entretanto, em apenas dois meses, a partir da primeira queda da bolsa de valores em 05 de setembro até 29 de outubro, tudo ruiu, a expansão acabou e iniciou-se a grande depressão. No final deste período, enormes fortunas haviam desaparecido, o conjunto de investidores tinha perdido 15 bilhões de dólares e a poderosa economia americana estava em ruínas.

A grande depressão iniciava-se com toda a miséria e privação. Os investimentos privados caíram 90%, a produção 56%, uma empresa atrás da outra fechava as portas, o desemprego atingiu a taxa de 24%, a arrecadação caiu a ponto de não ser possível pagar os salários dos professores e funcionários municipais. Filas para servir sopas aumentavam em todo o país e mais de 9.000 bancos fecharam.

A causa deste desastre foi atribuída à concentração da riqueza e do poder nas mãos de poucas pessoas. Os contadores não escaparam dessas críticas, pois pelo

menos em parte a concentração de poder poderia ser atribuída à falta de uniformidade das práticas contábeis, a padrões mais rígidos e a leis que impedissem os contadores e diretores de empresas de apresentarem dentro de certos limites os valores que desejavam.

Em um discurso na convenção do *American Institute of Accountants* - AIA em 1930, J.M.B. Hoxsey fez diversas críticas à contabilidade contemporânea que foram particularmente dolorosas, já que partiam de um assistente executivo do Comitê da Bolsa de New York. Ele chamou a atenção para a diversidade de abordagens para a depreciação e da consolidação, e para a falta de informações sobre os métodos que estavam sendo empregados pelas empresas. Criticou a ausência dos números dos valores das vendas e uma clara separação da renda operacional da não operacional, terminando seu discurso sugerindo que as informações deveriam ser adequadas para os acionistas, para evitar que os mesmos fossem enganados.

Os resultados da pressão pública conduziram a uma reação imediata do *American Institute of Accounting* - AIA que criou uma comissão Especial de Cooperação com as Bolsas de Valores sob a direção de George O. May, presidente do Conselho do AIA. Um dos resultados imediatos foi a criação de um dispositivo idêntico ao *Acts* inglês de 1844, que obrigava, a partir de 01 de julho de 1933, a todas as Companhias que solicitassem registro na NYSE (Bolsa de Valores de New York) a fornecerem demonstrações financeiras acompanhadas de pareceres de auditores credenciados sob as leis de algum estado ou país. Os pareceres de auditoria deveriam obedecer aos critérios de *Verification of Financial Statements*, publicados pelo *Federal Reserve Board* - FRB em 1929, e conter uma opinião a respeito da fidedignidade, coerência e, pela primeira vez, em conformidade com práticas contábeis aceitas.

Em 1933, Franklin Delano Roosevelt tomou posse como presidente dos Estados Unidos e implantou a política do *New Deal*. Em 9 de março, foi permitida a reabertura dos bancos, seguida da Lei da Veracidade na Emissão de Título de 26 de maio e da Lei Bancária de 16 de junho autorizando o seguro integral de depósitos bancários até dez mil dólares. O mundo financeiro americano do *laissez-faire*

havia se transformado em apenas três meses num mundo de regulamentação intensa.

Essas rápidas mudanças apanharam os contadores despreparados. Os profissionais da área de contabilidade ainda eram expostos a questionamentos hostis por muitas pessoas que os consideravam responsáveis pela crise. Em conseqüência, o instituto não se fez representar em nenhuma investigação e o resultado foi que a primeira versão da Lei de Veracidade na Emissão de Títulos não fazia qualquer menção aos auditores, o que só foi resolvido pelo Coronel Arthur H. Carter, presidente da Associação dos Contadores Públicos de New York, que compareceu ao Senado e convenceu os senadores de que auditorias feitas por contadores públicos eram essenciais para o cumprimento dessa lei.

Outras leis se seguiram. Em 1934, o Senado criou a SEC - *Securities and Exchange Commission*, como um órgão fiscalizador independente do Governo Federal para supervisionar o cumprimento da Lei de Veracidade na Emissão de Título. A SEC detém amplos poderes para determinar procedimentos contábeis e a forma das demonstrações financeiras a ela entregues. Entre 1936 e 1938, discutiu-se intensamente se a própria comissão deveria promulgar um conjunto de princípios contábeis a serem obedecidos por todas as empresas, mas a Suprema Corte decidiu em 1938 permitir que os próprios profissionais de contabilidade liderassem o esforço de promulgação de princípios contábeis. Essa relação entre os contadores profissionais e os responsáveis pela regulamentação governamental tem sido a tônica da contabilidade americana, começando em 1936 com o CAP - *Committee on Accounting Procedure*, que continuou a reunir-se até 1959 e publicou 51 boletins (alguns incompatíveis entre si, dado o enfoque pouco abrangente do comitê).

O período entre 1930 e 1941, foi caracterizado pela cooperação entre a Bolsa de Valores de New York e o AAA e também por inúmeras publicações financeiras que estabeleceram a prática da contabilidade e da auditoria durante os cinquenta anos seguintes. A respeito deste período Most (1982, p. 83) cita:

"The American Accounting Association published two statements of accounting principles, in 1936 and 1941, and Paton

and Littleton An Introduction to Corporate Standards, Sanders, Hatfield and Moore summarized the state of art in A Statement of Accounting Principles (1938), and the American Institute's Committee on Accounting Procedure published the first Accounting Research Bulletins."

7 – A EVOLUÇÃO DOS ORGANISMOS CONTÁBEIS NO PÓS-GUERRA

Com o final da Segunda grande Guerra Mundial, novamente foi liberada uma demanda reprimida de bens e de serviços por consumidores, que alavancou uma nova era de crescimento da economia. Neste período, a classe média prosperou, o que aumentou o número de aplicadores no mercado de ações. Então, reconheceu-se que o fornecimento de informações adequadas passou a ser uma questão de importância nacional.

O lucro passou a ser uma parte essencial na análise de investimentos. No entanto, descobriu-se a época que lucros diferentes significavam na maioria das vezes formas diferentes de contabilizar algum evento. O problema estava na disponibilidade de muitas alternativas de divulgação dos demonstrativos financeiros. Para exemplificar a magnitude deste problema, em 1963 a SEC, a pedido do Senado, foi obrigada a relatar procedimentos que poderiam conduzir a diferenças significativas. Foram enumeradas 14 alternativas de contabilização. Destas alternativas, várias ainda não resolvidas, pode-se citar a avaliação dos estoques (PEPS versus UEPS), depreciação e exaustão (fiscal versus contábil, vidas úteis), momento do reconhecimento do lucro, custo de pesquisa e desenvolvimento, custos intangíveis em companhias de petróleo e gás, dentre outras.

Os anos 50 e 60 foram marcados por debates sobre a definição apropriada de lucro, sobre a necessidade de criar algum mecanismo de ajuste em função do nível de preços, o que acabou levando a um apelo pela uniformidade na Contabilidade. Em outubro de 1957, o AICPA respondeu a todos os apelos por comparabilidade, propondo uma nova organização para examinar as premissas contábeis, e em dezembro de 1958, um relatório propôs a substituição do *Committee on Ac-*

counting Procedure - CAP por *Accounting Principles Board* - APB e por uma Divisão de Pesquisa em Contabilidade, *Accounting Research Division* - ARD, que foram formados em 1959.

Os objetivos do APB eram efetuar a redação dos princípios contábeis geralmente aceitos, limitar as áreas de divergências das práticas contábeis e conduzir a discussão das práticas não resolvidas.

Entretanto, os profissionais foram atropelados pelos eventos, os anos 50 foram substituídos pelos turbulentos anos 60, a economia não estava indo bem, e para estimular o investimento em fábricas e em novos equipamentos, o governo americano introduziu um crédito fiscal para investimentos, que dava direito a redução de impostos às empresas na mesma porcentagem dos novos ativos. Houve discussão calorosa a respeito da forma de contabilizar esse direito. Alguns defendiam a posição de que o crédito deveria reduzir o imposto a pagar, outros que deveria reduzir o custo do novo ativo e seus benefícios reconhecidos ao longo da vida do ativo. Esta última opção foi considerada vencedora pelo APB por uma margem estreita de votos em dezembro de 1962. Esta decisão não foi bem aceita pelos contadores e a SEC para jogar lenha na fogueira, emitiu o ASR 96 - *Accounting Series Release*, aceitando ambos os métodos, o que obrigou o APB a rever sua posição e publicar o APB4 que permitiu o uso das duas alternativas. Isto desgastou e trouxe desprestígio ao APB.

Os pareceres do APB eram cumpridos até então, principalmente em função do prestígio do Instituto. Para evitar controvérsias em casos semelhantes no futuro, o APB recomendou a partir de 1965, que todas as divergências em relação aos seus pareceres, deveriam ser mencionados em notas explicativas, ficando a decisão em tais casos, nas mãos de quem elabora as demonstrações financeiras ou pareceres de auditoria.

O APB permaneceu sob ataque durante a maior parte de sua existência, em virtude de sua incapacidade de formular normas que acabassem com as divergências. Inicialmente, os ataques partiam dos próprios contadores, mas depois se estenderam à comunidade financeira e a pressões da SEC e outros órgãos do governo. Muitos diziam que se o APB não acelerasse o progresso do estabelecimento dos princípios de contabilidade, a SEC

o faria.

Isto acabou por levar o AICPA e o AAA à realização de estudos para organizar uma estrutura mais eficaz para o estabelecimento de princípios contábeis. Em 1970, foi realizada uma reunião, que nomeou sete homens sob a chefia de Francis W. Wheat, ex-conselheiro da SEC para estudar o estabelecimento de padrões de contabilidade.

O relatório do grupo *Wheat* foi entregue ao AICPA em março de 1972, e suas recomendações resultaram na extinção do APB e na formação, em 1º de julho de 1973, da FAB - *Financial Accounting Board*, independente de todas as outras organizações profissionais. Foi também formado o FASB - *Financial Accounting Standards Board* e o FASAC - *Financial Accounting Standards Advisory Council*.

O AICPA foi obrigado a ceder seu papel principal na fixação de padrões de contabilidade com a transição do APB para o FASB. Para conceder autoridade ao FASB, foram elaboradas Normas de Procedimentos que deram às APBs que não tivessem sido superadas, a força de uma norma do FASB. Os conselhos estaduais deram força ao FASB ao exigirem o cumprimento dos princípios de contabilidade estabelecidos pelo mesmo. A SEC também deu apoio ao FASB ao considerar através do dispositivo ASR 150, que os princípios, padrões e práticas promulgados pelo FASB serão considerados como possuidores de autoridade substantiva.

Este apoio inicial da SEC ao FASB, não impediu que o governo americano impusesse controles rígidos à apresentação das demonstrações financeiras em geral, o que tem prejudicado o desenvolvimento da teoria da contabilidade, bem como o progresso da prática contábil em função do surgimento de novas idéias na teoria.

8 – CONCLUSÃO

Pode se afirmar que história contábil não acabou com a criação do FASB, que é um órgão mais independente que os precedentes. A história se repete continuamente, o que ocorreu no século XVIII na Inglaterra com a espetacular quebra da Companhia dos Mares do Sul, se repetiu nos Estados Unidos com o Crash da Bolsa de Valores de New York em 1929, pode ocorrer novamente em função da excessiva valorização das ações das empresas

de alta tecnologia nas Bolsas de valores NASDAQ – *National Association of Securities Dealers automated Quotations*.

A quebra dos tigres asiáticos, como em 1929, também é atribuída em parte aos contadores, já que todas as empresas que faliram na Ásia foram auditadas e os relatórios financeiros não fizeram nenhum alerta para os problemas que ocorreram.

Assim, como em 1930, profissionais das bolsas e do mercado financeiro exigem medidas que tornem mais reais os relatórios da contabilidade.

Outro aspecto importante é que a contabilidade ainda não tirou proveito da tecnologia hoje existente. Os contadores utilizam a informática para refletir uma contabilidade com idéias medievais. A contabilidade

precisa acompanhar o avanço da tecnologia inserindo novas dimensões que não só a conta. Tem que partir para uma idéia de banco de dados de onde serão extraídos relatórios que atendam aos interesses de todos usuários, em várias dimensões. Talvez neste caminho, consiga reportar relatórios que atendam aos usuários externos e internos da empresa.

9 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERNARDO, Mauro S. *Desenvolvimento da Contabilidade de Custos e o progresso tecnológico: origens e Desenvolvimento até 1914*. São Paulo: USP, 1996. *Dissertação de Mestrado*.

HENDRISKSEN, Eldon S., BREDÁ, Michael F Van. *Teoria da Contabilidade*; São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2.000.

MOST, Kenneth S. *Accounting Theory*. Columbus: Grid, 1982.

RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto, *Do Steward ao Controller, quase mil anos de Management Accounting*. São Paulo: USP, 1999. *Dissertação de Mestrado*.

SÁ, Antônio Lopes de. *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHIMIDT, Paulo. *História do Pensamento Contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2.000.

Salte na Frente



Faça os cursos do CRC-RJ.
Veja a programação na Tribuna do Contabilista,
no site www.crc.org.br
e na sede do Conselho.
Informações: (21) 223-3277 ramais 108, 150 e 109.

